

Lei do laxismo orçamentário

A instituição, na Carta Magna, de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi certamente uma das inovações mais importantes nela introduzidas. Com efeito, permite ao Executivo melhor explicitar como entende utilizar a Lei de Meios para conduzir sua política econômica e, ao Congresso, discutir as grandes opções apresentadas pelo Planalto, com economia de tempo precioso na votação do orçamento preliminarmente definido — este muitas vezes apressadamente discutido antes do final do exercício. No entanto, como qualquer lei, a validade da discussão da LDO depende de como for elaborada pelo governo e da disposição do Legislativo de analisá-la com seriedade.

Infelizmente, parece faltar neste ano ao projeto da LDO resposta adequada a esses dois requisitos. Ao contrário do que ocorreu quando a equipe econômica era dirigida pelo ministro Mailson da Nóbrega, a LDO relativa ao orçamento de 1992 foi elaborada pelo grupo da ministra Zélia Cardoso de Mello, sem grande cuidado e nenhuma orientação. Em si, o projeto de lei era fraco, tendo por única vantagem procurar impor ao Congresso certa austeridade, notadamente quando estava prevendo uma redução de 10% nas despesas de custeio

(nela incluídos os gastos com pessoal), e ao fixar, como objetivo, um superávit das contas da administração central equivalente a 0,5% do PIB, meta pouco ambiciosa se se considerar que em 1990 o superávit operacional foi de 2,4% (excluído o déficit de 0,2% da Previdência Social, que nos parece estava incluído na LDO). A parte relativa aos investimentos públicos era tratada muito superficialmente, dando a impressão de que o governo desejava assegurar grande liberdade na definição desses investimentos.

O projeto da LDO era fraco. Mas, ao que parece, será ainda pior ao deixar o Congresso. O projeto substitutivo eliminou de uma vez qualquer referência a um eventual superávit, sob o pretexto de que não podia ser calculado. É o que se chama dar maior flexibilidade ao orçamento. O projeto do governo previra a proibição de transferências voluntárias para os Estados e municípios, mas, em nome da flexibilidade (isto é, do fisiologismo...), não mais existe tal restrição. A redução de 10% nos gastos de custeio foi mantida, eliminando dessas despesas, no entanto, as de pessoal, aliás as mais importantes. Pode-se prever que o orçamento de 1991 não será rígido, pelo que dificilmente se chegará à austeridade tão necessária...